

## JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

<b>PROCESSO:</b>	<a href="#"><u>23289.000298/2024-50</u></a>
<b>REFERÊNCIA:</b>	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2025
<b>FEITO:</b>	RECURSO ADMINISTRATIVO – ITEM 58
<b>TERMO:</b>	DECISÓRIO

### I. DAS PRELIMINARES

O presente recurso administrativo foi interposto pela empresa **Reciclart Licitações, Contratos, Assessorias, Engenharia & Serviços LTDA**, inscrita no CNPJ nº **41.652.205/0001-39**, contra a aceitação da proposta apresentada pela empresa **AMR Soluções Laboratoriais LTDA**, inscrita no CNPJ nº **30.479.645/0001-10**, referente ao **item 58 – Trena Eletrônica**, no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 90015/2025**.

### II. DAS FORMALIDADES LEGAIS À ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Foram analisados os pressupostos de admissibilidade, a legitimidade da parte recorrente, a tempestividade, bem como a regularidade formal do recurso apresentado. Constatado o cumprimento desses requisitos, o recurso foi conhecido, com efeitos devolutivo e suspensivo.

### III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A Recorrente sustenta que a proposta apresentada pela empresa **AMR Soluções Laboratoriais LTDA** não atende às especificações técnicas obrigatórias constantes no Edital e no Termo de Referência, para o **item 58 – Trena Eletrônica**, com os seguintes apontamentos principais:

- **Tipo de visor:** o edital exige explicitamente que o visor seja do tipo “**Cristal Líquido**”, sendo que **não consta essa informação no catálogo do produto apresentado pela empresa recorrida**.
- **Adaptabilidade a tripé:** igualmente, o edital exige que a trena seja “**adaptável a tripé**”, sendo que **não há qualquer menção ou comprovação dessa característica no catálogo apresentado pela empresa vencedora**.

Diante disso, a recorrente defende que tais omissões e desconformidades **violam diretamente os princípios da vinculação ao edital, legalidade, isonomia e julgamento objetivo**, o que impõe a necessidade de desclassificação da proposta.

## V. DA ANÁLISE

O Termo de Referência para o item 58 estabelece, de forma clara e objetiva, as seguintes especificações técnicas obrigatórias: "Item 58 - CATMAT 253906 - TRENA ELETRÔNICA TIPO VISOR: CRISTAL LÍQUIDO, ALCANCE: 100, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNÇÃO TRILHA/MEDIDAS CONTÍNUAS/ADAPTÁVEL A TRIPÉ, MÉTODO DE MEDIÇÃO: A LASER, \*\*TIPO: DIGITAL".

Realizada a análise técnica da proposta da empresa **AMR Soluções Laboratoriais LTDA**, foi constatado e registrado formalmente que:

- De fato, **o catálogo do produto ofertado não apresenta informação de que o tipo de visor seja de “Cristal Líquido”**, conforme exigido.
- Da mesma forma, **não consta qualquer referência de que o equipamento seja “adaptável a tripé”**, também em desacordo com o Termo de Referência.

Informo, ainda, que esta pregoeira diligenciou junto à empresa recorrida, concedendo-lhe a oportunidade de apresentar documentos técnicos que comprovassem, de forma clara e inequívoca, que o produto ofertado atende às exigências previstas no Termo de Referência, tais como catálogo oficial do fabricante, manuais técnicos, fichas técnicas ou declaração formal do fabricante. Contudo, a empresa **não conseguiu apresentar tais documentos comprobatórios**, restando, portanto, não comprovado o atendimento aos requisitos técnicos obrigatórios.

## IV. DECISÃO

O presente julgamento observa os princípios da **legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, isonomia e julgamento objetivo**, conforme artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, que exige estrita observância às regras do edital e do Termo de Referência.

Ademais, destaca-se que, nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, o pregoeiro possui competência para **anular ou revisar seus atos a qualquer tempo, de ofício ou por provocação, quando verificada ilegalidade ou desconformidade com o edital**, resguardados o contraditório e a ampla defesa.

Portanto, a revisão da aceitação da proposta aqui tratada não é uma faculdade, mas sim **um dever legal do pregoeiro para assegurar a lisura e a legalidade do certame**, protegendo o interesse público.

Diante da análise técnica e jurídica, e considerando o não atendimento das exigências previstas no **Termo de Referência** e no **Edital** para o item 58, **decido pelo PROVIMENTO DO PRESENTE RECURSO**, com a consequente **DESCCLASSIFICAÇÃO** da empresa **AMR**

**SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA no item 58 do Pregão Eletrônico nº 90015/2025**, pelos seguintes motivos:

- **Ausência de comprovação de que o visor é do tipo “Cristal Líquido”**, conforme expressamente exigido.
- **Ausência de comprovação de que o equipamento é adaptável a tripé**, também em desconformidade com as especificações obrigatórias.

Determino, assim, que seja convocada a proposta classificada na sequência, para análise de conformidade, e, atendendo integralmente às exigências editalícias, proceda-se com a adjudicação do item, nos termos legais

O teor completo do recurso ao PE 90015/2025 encontra-se disponível no site <https://www.ifs.edu.br/diretoria-licitacoes-e-contratos-proad/licitacoes-proad/pregoes.html?id=11856>.

Diante do efeito devolutivo, encaminham-se os autos, com as informações pertinentes à autoridade superior, para que sofra o duplo grau de julgamento, com o seu “De Acordo”, ou querendo, formular opinião própria.

Após a decisão da Autoridade Superior, publique-se.